



Modalidade do trabalho: Relatório Técnico-científico

ECOTURISMO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL.¹

Andressa Caroline Trautenmüller², Romário Trentin³.

¹ Relatório técnico científico

² Acadêmica do Curso de Formação de Professores para Graduação Profissional da Universidade Federal de Santa Maria.

³ Prof. Dr. Adjunto da Universidade Federal de Santa Maria.

RESUMO

O trabalho visa apresentar como as atividades de ecoturismo se dão nas unidades de conservação monitoradas pelo Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Rio Grande do Sul. O ecoturismo nestas unidades de conservação gera impactos sobre a economia local, bem como o aumento da oferta de espaços de recreação e a difusão de informação ambiental por meio de programas. Porém pode gerar alguns aspectos negativos como mudanças no comportamento dos animais, interferência no ambiente sonoro, poluição do solo e dos cursos d'água e outros.

1 INTRODUÇÃO

O ecoturismo surge no Brasil como uma proposta de contemplação e conservação da natureza. Os debates sobre a necessidade de conservação do meio ambiente por meio de técnicas sustentáveis atingem a atividade turística e inserem uma nova maneira de vivenciar e usufruir as paisagens rurais, as áreas florestadas, as regiões costeiras, entre outros ecossistemas que são vistos como possíveis para um modelo de turismo mais responsável.

O turismo é considerado um grande negócio, pois gera impactos significativos sobre a economia do local onde se pratica.

Antigamente não havia estudos sobre as consequências ocasionadas pelo impacto do turismo, hoje, vários locais tiveram seus benefícios econômicos diminuídos em função dessas consequências ambientais e sociais decorrentes da atividade turística.

Segundo Bodstein (1962, apud RUSCHMANN, 1993), o turismo ecológico seria o elo entre o desenvolvimento econômico e a volta harmônica ao convívio com a natureza, através da educação ambiental, que o homem moderno necessita.

O trabalho visa apresentar como as atividades de ecoturismo se dão nas unidades de conservação monitoradas pelo Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) do estado do Rio Grande do Sul.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 ECOTURISMO

Em 1994, o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MICT) e o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal (MMA), em conjunto com demais representantes, empresários e consultores, criaram as diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo e estabeleceram o seguinte conceito para a atividade: “segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista

Modalidade do trabalho: Relatório Técnico-científico através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (MICT; MMA, 1994).”

Já a Organização Mundial do Turismo (OMT), em 2002, definiu ecoturismo como:

“Todas as formas de turismo em que a motivação principal do turista é a observação e apreciação da natureza, de forma a contribuir para a sua preservação e minimizar os impactos negativos no meio ambiente natural e sociocultural onde se desenvolve (OMT, 2002).”

Dentre os objetivos do ecoturismo estão a preservação da biodiversidade e dos “habitats” naturais; a conservação do contexto natural, cultural e construído; o esclarecimento sobre o uso ilegal dos recursos naturais, bem como sobre o abuso na sua exploração; e a integração das áreas naturais protegidas, com os objetivos de conservação nos planos e programas de desenvolvimento locais e regionais (OMT, 2002).

Os produtos ofertados pelo ecoturismo apresentam especificidades que vão desde a escolha da área, identificação da legislação ambiental que rege o local, as atividades contempladas e a aplicação do marketing que vem associado à promoção e comercialização, levando em conta o caráter ecológico, que ampliam as reflexões ambientais e sociais com a inserção das comunidades ao entorno do local.

2.2 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Apesar das unidades de conservação (UC) serem locais destinados à conservação e preservação ambiental, pesquisa científica e contemplação da natureza, a prática da atividade turística muitas vezes não atende esses princípios. Segundo Furlan (1999), isso é ocasionado pelo fato de o turismo ter se tornado uma importante fonte de captação de renda para as unidades de conservação, que geralmente contam com recursos exíguos para as suas atividades, especialmente no Brasil e nos países em desenvolvimento, portanto desencadeando a mercantilização do ecoturismo. Esse fato faz com que os planos de manejo de muitas unidades de conservação sejam feitos simplesmente para atender a demanda turística e conseqüentemente podem comprometer a manutenção dos ambientes naturais contemplados por estas unidades.

O Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) do Estado do Rio Grande do Sul foi criado em 1992, pelo Decreto Estadual nº 34.256/1992, incluindo as Unidades de Conservação estaduais e municipais. Em 1998, o SEUC foi regulamentado pelo Decreto Estadual nº 38.814/1998 (TOMAZZONI, 2012).

No Brasil, as áreas protegidas, principalmente os parques nacionais, estão entre as principais destinações de turismo ecológico e ecoturismo. Tanto é que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação contempla a prática de atividades turísticas, no caso, o turismo ecológico (TRINDADE, 2010).

O plano de manejo de uma UC é o “documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma UC, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade” (BRASIL, 2000). Esse documento vai nortear toda a gestão da UC, inclusive no que se refere ao ecoturismo. O que acontece, no entanto é que muitas vezes a visitação é instituída antes do plano de manejo, por ser um documento que envolve pesquisa detalhada da região e alto custo (LEUZINGER, 2010).

2 METODOLOGIA

Modalidade do trabalho: Relatório Técnico-científico

Inicialmente foi feita uma abordagem teórica para análise dos impactos sociais e ecológicos e também dos ganhos e perdas gerados pela implantação das UC do Rio Grande do Sul.

Para a confecção do mapa foi utilizada a base cartográfica municipal do IBGE, malha de 2010, onde o desenvolver do projeto se deu no ArcGis 10.1 (ESRI).

O histórico e localização das UC foram realizados no site da Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Sul.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O SEUC é o órgão público que administra e monitora as 23 UC existentes no Rio Grande do Sul.

A figura 1 mostra estas unidades de conservação, bem como a sua localização no Estado.

Pode-se notar que a grande maioria das Áreas de Proteção Ambiental, das Estações Ecológicas, dos Parques Estaduais e dos Refúgios de Vida Silvestre concentra-se na parte leste e nordeste do Rio Grande do Sul, pois nesta área prevalece o bioma pampa e de mata atlântica, os quais concentram grande quantidade e diversidade de espécies de flora e fauna.

As Áreas de Proteção Ambiental destinam-se proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais existentes, para a melhoria da qualidade de vida da população local e a proteção dos ecossistemas regionais. Podem se tornar importantes instrumentos de planejamento regional, integrando as populações e as técnicas adequadas de manejo, independente de limites geográficos.

Geralmente é uma área extensa, com um elevado grau de ocupação humana, dotada de atributos bióticos e abióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem estar das populações humanas (BRASIL, 2000).

As Estações Ecológicas tem como principal objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas. São de posse e domínio público, sendo que as áreas particulares que estão inclusas em seus limites devem ser desapropriadas. É proibida a visitação pública, exceto quando for educacional, de acordo com o Plano de Manejo do local.

Os Parques, tanto nacionais quanto estaduais, tem como objetivo a preservação dos ecossistemas de grande relevância ecológica e beleza. Possibilita a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental. A visitação pública é restrita às normas estabelecidas no Plano de Manejo.

O Refúgio de Vida Silvestre objetiva proteger os ambientes naturais onde se asseguram condições para a produção e existência de espécies ou comunidades da flora e fauna local. A visitação é sujeita às normas do Plano de Manejo e a pesquisa científica depende da autorização do órgão responsável pela administração da unidade.

As Reservas Biológicas visam preservar integralmente a biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, executando medidas de recuperação dos ecossistemas e as ações de manejo necessárias para recuperar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais. É proibida a visitação pública, exceto quando objetivada educacionalmente e para a pesquisa científica, dependendo de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade.

O ecoturismo é um segmento onde as principais atividades giram em torno da observação e da contemplação da natureza. O termo pode ser utilizado para atividades que normalmente são relacionadas a segmentos turísticos específicos e até confundido com práticas esportivas. De todas as atividades de ecoturismo, a caminhada em trilha é a mais simples e a mais intensa forma de interação entre o homem e a natureza.

Dos pontos positivos das unidades de conservação que permitem o ecoturismo destacam-se a geração de recursos oriundos das taxas de visitação, aumento da oferta de espaços de recreação e a difusão de informação ambiental por meio de programas.

Modalidade do trabalho: Relatório Técnico-científico

Dentre os pontos negativos do ecoturismo nas unidades de conservação, pode-se destacar as mudanças no comportamento dos animais, interferência no ambiente sonoro, poluição do solo e cursos d'água e a remoção de atrativos naturais, como vegetais, pedras e outros.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário que se concilie a sustentabilidade com o desenvolvimento econômico. É possível contribuir para a verba das unidades de conservação e a formação de uma consciência ecológica, reforçando a preservação das áreas protegidas e dando destaque à cultura local.

Portanto, no momento em que a atividade ecoturística for planejada e monitorada, seguindo os princípios da educação ambiental, valorizando as manifestações culturais locais haverá uma significativa diminuição dos impactos negativos dessa atividade, podendo até, estes impactos serem extintos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n 9.985, de 18 de julho de 2000. Sistema de unidades de conservação (SNUC).

BRASIL, Ministério da Indústria, comércio e turismo; Ministério do Meio Ambiente. Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo. Brasília - DF, 1994.

BRASIL. Ministério do Turismo. Ecoturismo: Orientações básicas. Brasília - DF, 13 p., 2008.

FURLAN, S. A. Unidades de Conservação Insular: considerações sobre a dinâmica insular, planos de manejo e turismo ambiental. São Paulo, 1999.

LEUZINGER, M. D. Uso público em unidades de conservação. Rio de Janeiro, 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Declaração de Ecoturismo de Quebec. 2002.

TOMAZZONI, A. C. Unidades de conservação municipais no estado do Rio Grande do Sul. 2012.

TRINDADE, A. R. M. Impactos do turismo: os efeitos do ecoturismo nas unidades de conservação. 2010. Disponível em: <<http://monoecoturismo.blogspot.com.br/2010/09/unidade-de-conservacao.html>> Acesso em: 21 jun 2016.

RUSCHMANN, D. V. M. Impactos ambientais do turismo ecológico no Brasil. Revista Turismo em Análise, Brasil, v. 4, p. 56-68, 1993.

Modalidade do trabalho: Relatório Técnico-científico

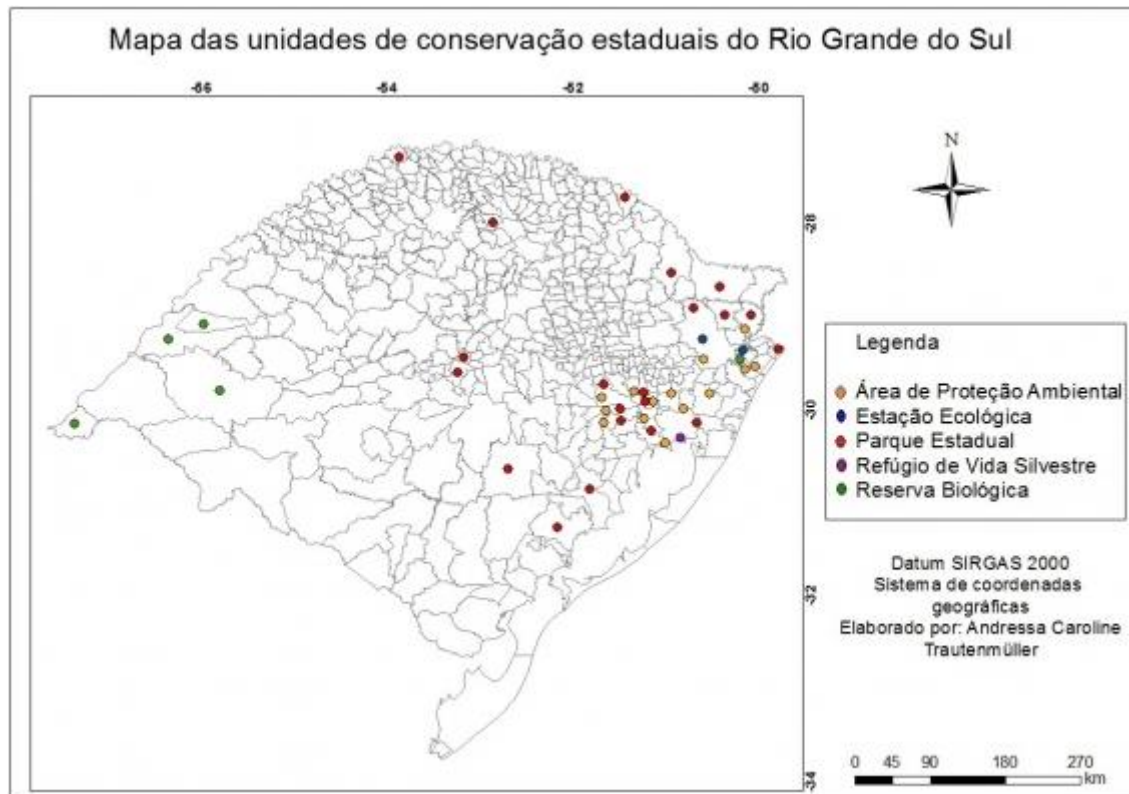


Figura 1: Mapa das unidades de conservação estaduais do Rio Grande do Sul.